



## **POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA: EXPERIÊNCIAS COM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

### **SOCIAL ASSISTANCE POLICY AND GRADUATION IN PSYCHOLOGY: EXPERIENCE WITH SHELTER INSTITUTION**

Daniela Porto Giacomelli<sup>1</sup>

Letícia Dalla Costa<sup>2</sup>

Resumo: O histórico das políticas sociais brasileiras apresenta uma tradição assistencialista significativa. Ao longo dos anos, diversos movimentos surgiram a fim de romper com essa lógica e garantir direitos básicos à população. Visando, assim, que seja responsabilidade do Estado assegurar a implementação de tais políticas. Nesse sentido, no âmbito da Assistência Social, em 2005, foi regulamentada o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - atualmente, um dos principais campos de trabalho para os profissionais da Psicologia. Trata-se de uma esfera de atuação com contornos recentemente delineados e, por isso, é necessário aumentar o engajamento com a área desde o início da graduação profissional. No entanto, percebe-se que ainda há fragilidade nos cursos de graduação em Psicologia quando o foco é Assistência Social. A partir da experiência de formação universitária como psicólogas das autoras, bem como a participação em uma atividade extracurricular, este relato de experiência busca refletir sobre a maneira como a formação de psicólogas está ocorrendo nessa área, com ênfase no SUAS. Compreendeu-se que, apesar da demanda, nossa graduação em Psicologia ainda não oferece requisitos básicos para atuação no SUAS. Desse modo, buscar informações dessa área ocorre via atividades fora da grade curricular obrigatória. Atividades extracurriculares como a participação em grupos de estudo, projetos de pesquisa/extensão e a participação em eventos são de suma importância. O aprendizado que estes propiciam é bastante

<sup>1</sup> Estudante do 7º semestre de Psicologia, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) danocaa@gmail.com

<sup>2</sup> Psicóloga, mestranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFSM leticiadallacosta2@gmail.com



interessante, mas desejamos que a capacitação para um campo tão vasto para a profissão não permaneça apenas a cargo das estudantes.

Palavras-chave: Assistência; Experiência; Graduação; Psicologia.

Abstract: The history of Brazilian social policies presents a significant charity welfare tradition. Over the years, various movements have emerged to break with this logic and guarantee basic rights to the population. Thus, it is the responsibility of the State to ensure the implementation of such policies. In that sense, in 2005, the Social Assistance System (SUAS) - currently one of the main fields of work for professionals in psychology - was regulated in the scope of Social Assistance. It is a sphere of action with newly delineated outlines and, therefore, it is necessary to increase the engagement with the area from the beginning of the professional graduation. However, it is noticed that there is still fragility in undergraduate courses in Psychology when the focus is Social Assistance. From the experience of university training as psychologists of the authors, as well as participation in an extracurricular activity, this report of experience seeks to reflect on how the formation of psychologists is occurring in this area, with emphasis on SUAS. It was understood that, despite the demand, our graduation in Psychology still does not offer basic requirements for acting in SUAS. Thus, seeking information from this area occurs via activities outside the required curriculum. Extracurricular activities such as participation in study groups, research / extension projects, and participation in events are of paramount importance. The teachings they provide are quite interesting, but we hope that the training for such a vast field of the profession will not remain solely in charge of the student's own interests.

Keywords: Experience; Graduation; Psychology; Social Assistance;

## INTRODUÇÃO

Até o período feudal, as iniquidades entre as posições sociais eram fixas e inerentes à organização da sociedade: rei, burguesia, servos, etc. A partir da efetivação do capitalismo, ao fim do século XIX, articulado à ideologia liberal, a pobreza aumentou substancialmente (LOBATO, 2012).



Diante disso, trabalhadores de fábricas começaram a reivindicar melhores condições de vida a partir da “questão social”: a contradição capital x trabalho (LOBATO, 2012), visto que as posições sociais deslocavam-se da esfera moral. Passava-se, assim, a considerar a pertinência da intervenção estatal em âmbitos sociais e econômicos.

Para lidar com esse panorama, inicialmente, a partir do fim do século XIX, surgiram leis pontuais de distribuição de alimentos aos pobres. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, por meio do Estado do Bem-Estar Social (Welfare State), as políticas sociais passam a se intensificar. Dessa forma, os governos tornaram-se responsáveis pela garantia de um mínimo de proteção pública como direito social básico para a população. Por exemplo, direitos relacionados a diferentes riscos sociais como velhice, invalidez, doença, desemprego, acidentes de trabalho, etc (LOBATO, 2012).

Na atualidade, buscando uma atuação responsável nas políticas sociais, lembramo-nos do Código de Ética profissional em Psicologia, quando nos convoca a estarmos atentas às especificidades de nosso contexto (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005). Desse modo, embora o histórico internacional seja importante, não é possível fazer uma transposição mecânica da situação europeia e norte-americana para a brasileira.

O entendimento e a implementação de políticas sociais no Brasil conta com especificidades engendradas por séculos enquanto colônia portuguesa de escravidão africana. Mesmo após a abolição da escravatura, em 1888, e o reconhecimento legal de todos como cidadãos, não se buscou políticas de reparação e equidade aos descendentes de escravos. Tratou-se às situações de conflito que envolviam as relações com seus filhos como produtos isolados, de sua total responsabilidade (fazendo jus a ideologia liberal que se instalava). Foi com a vinda dos imigrantes europeus e suas reivindicações por melhores condições de vida, a partir da década de 1930, que no Brasil passa a elaborar políticas sociais (ARANTES, 2014).

No que tange às políticas sociais que contemplam infâncias e adolescências, por exemplo, há diversos registros onde seu acolhimento, quando em situações de vulnerabilidade (como violência, miséria, exploração, conflito com a lei), era realizado



por instituições de correção e controle (VENÂNCIO, 1999; FALEIROS, 2005; RIZZINI, 2011; CRUZ & GUARESCHI, 2012; ASSIS & FARIAS, 2013; ARANTES, 2014). Durante este período, a Psicologia e outros campos do saber, como Direito e Medicina, integravam práticas de criminalização das famílias pobres, bem como normatização científica dos sujeitos atendidos por tais instituições (CRUZ & GUARESCHI, 2012).

A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) esse cenário se movimentou. Após várias e intensas lutas de movimentos sociais, durante o período de redemocratização do país, para que infâncias e adolescências fossem assistidas de forma integral (e não corretiva ou fragmentada) as concepções destas categorias sofrem efeitos e, automaticamente, a perspectiva que terão nas políticas, também. Busca-se entendê-los, então, enquanto sujeitos de direitos em desenvolvimento (e não apenas “menores de idade”), corroborando em importantes mudanças nas instituições que os acolhem.

Podemos citar, por exemplo, que há a priorização de pequenos grupos, em casas que se distinguem de presídios, por exemplo. O serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes faz parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mais especificamente dos serviços de alta complexidade (BRASIL, 2009). O acesso às políticas de Acolhimento Institucional é, atualmente, restrito apenas para situações de medida judicial de afastamento do convívio familiar, em casos específicos, os quais pobreza não figura mais como um motivo para o rompimento provisório ou permanente de vínculos entre pais e filhos. Visa-se, também, o retorno da criança ou adolescente para sua família o mais breve possível.

A implementação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS (BRASIL, 2004) opera subsídios para que isso aconteça. Com ela, as famílias tornam-se centros de investimento da política de Assistência, havendo esforço para que sejam investidas através de diversas ações que potencializam o cuidado em família. Contudo, ressaltamos que o trato no campo da política social brasileira apresenta-se repleto de contradições.



Por um lado, há a garantia constitucional de Seguridade Social (por meio do tripé Saúde, Previdência e Assistência Social e suas leis respectivas no sistema de proteção social brasileiro, a partir da Constituição Federal de 1988), mas por outro, há forte presença de preconceitos que permeiam a compreensão sobre o acesso às políticas públicas e o papel do Estado e da população brasileira na garantia desse acesso (COUTO, 2015). O campo das políticas sociais, nessa via, envolve o paradoxo de ter referências constitucionais para sua ampliação e criação de sistemas de garantias de direito e, ao mesmo tempo, investidas neoliberais que retardam e, muitas vezes, impedem o avanço de algumas conquistas sociais – o que o torna um campo que se constitui na contradição (MIRON & GUARESCHI, 2017).

Em 2005, ocorreu a regulamentação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), momento em que a Psicologia passa a fazer parte da equipe técnica do acolhimento desse público. Hoje, o SUAS representa para o profissional de psicologia um de seus principais campos de trabalho (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2016). Diante disso, nós, psicólogas (os) e estudantes de Psicologia, passamos a enfrentar novos desafios ao nos inserirmos neste campo de novos contornos.

Surge, então, a necessidade de estabelecer novas relações com a prática. Entre os desafios que emergem, está a formação dos(as) psicólogos(as), tendo em vista que, durante a graduação, o SUAS dificilmente é trabalhado (CRUZ & GUARESCHI, 2012). Isto é, se por um lado podemos afirmar que a ampliação do público atendido pelos psicólogos e sua inserção como um profissional atuante nas políticas sociais, públicas e no “Terceiro setor” é uma realidade, por outro lado não podemos afirmar que de fato houve mudanças significativas nas teorias e práticas que embasam essas atividades (LACERDA JR., 2013; SEIXAS et al, 2016).

Apesar do cenário pouco favorável para a formação em Psicologia que olhe com atenção para a política de Assistência Social, é a partir da participação da primeira autora, estudante do sétimo semestre de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria, em um projeto de pesquisa de dissertação de mestrado, intitulado: “Acolhimento Institucional, gênero e interseccionalidades pelo olhar de cuidadoras”<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Registrado sob número 048769, a segunda autora é a mestranda responsável por este projeto.



que surge este trabalho. Tal pesquisa é vinculada ao projeto guarda-chuva “Vidas precárias no ciber mundo: estudo sobre violências nos sistemas hierárquicos de poder”<sup>4</sup> do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicologia Social Crítica VIDAS<sup>5</sup>.

No rol das atividades da pesquisa, participou-se de uma Atividade Temática de Estudos semanal, a qual discutia-se textos, experiências e havia a possibilidade de realizar observações participantes na instituição de Acolhimento, compondo o projeto de pesquisa mencionado. A pesquisa foi realizada em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, com capacidade para atendimento de 12 crianças e adolescentes.

Entendemos o processo de experiência a partir da atribuição dos sentidos que damos a ela, dos possíveis encontros que afetam nossa percepção sobre determinado fenômeno e nossa possibilidade de transformá-lo e nos transformar também. Experiência é “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca” (LARROSA-BONDÍA, 2002). Sendo tocadas pela experiência de contato com o SUAS e o Acolhimento Institucional, surge o ímpeto de colaborar com a formação em Psicologia por meio do compartilhar de nossa experiência.

Nesse sentido, a partir da experiência das autoras em uma instituição de Acolhimento para crianças e adolescentes, objetivamos refletir acerca da formação atual de estudantes de Psicologia e seus efeitos na inserção destas e das psicólogas no equipamento Acolhimento Institucional, da política pública de Assistência Social.

## **DESENVOLVIMENTO**

A implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - em 2005 traz consigo grandes avanços legislativos para área da assistência social. Com a unificação das ações da assistência um novo passo é dado para a superação do histórico assistencialista, rumo a garantia de direitos. A partir de muitas lutas, movimentos sociais e reivindicações da classe trabalhadora, o Estado passa a ter o dever de garantir condições mínimas de vida à população. (CRUZ & GUARESCHI, 2012).

<sup>4</sup> Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa CAAEE número 046983

<sup>5</sup> Vinculado ao Programa de Pós Graduação em Psicologia - UFSM.



Frente a essas mudanças de paradigmas, a Psicologia precisa se adaptar a uma nova realidade de trabalho. Sendo o SUAS um importante campo de atuação das psicólogas na atualidade, é necessário que as práticas se adequem para tal demanda. O apontamento de Cruz & Guareschi (2012), de que o SUAS é dificilmente trabalhado durante a graduação, é confirmado na experiência de graduação tanto da primeira quanto da segunda autora, mesmo ocorrendo em tempos diferentes (2016-2020, 2010-2014). O SUAS teve pouquíssimo espaço em sala de aula, diferente da atenção que recebeu o Sistema Único de Saúde - SUS, por exemplo.

Pesquisas recentes apontam que apesar do SUS ser trazido de forma mais dinâmica na graduação, o SUAS ainda é, de certa forma, negligenciado ao se falar de políticas sociais nas formações acadêmicas dos cursos de psicologia. Uma das justificativas para isso seria o fato de que nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Psicologia, que estipula normas para a construção dos projetos pedagógicos de cada instituição, quando se fala em políticas sociais apenas questões relacionadas à promoção de saúde ganham destaque (SEIXAS et al, 2016).

Vigente desde o ano de 2009, o Projeto Pedagógico do curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM apresenta limitações relevantes a respeito do campo da política de Assistência Social. Apesar de uma das ênfases do curso ser o campo sócio institucional (com foco na promoção de saúde), pouco do mesmo é visto durante a graduação. Ao tratar a intervenção em instituições como uma das áreas de atuação, o campo da assistência social ficou restrito à menções pouco específicas nas aulas em nossa experiência. Assim, a primeira autora destaca que nenhuma das disciplinas relativas a políticas sociais vistas, trouxe o SUAS como foco, fato também confirmado pela experiência de graduação da segunda autora.

Consideramos, diante disso, que a possibilidade de entrar em contato com esse campo se dá através de seminários, estágios, projetos de pesquisa/extensão, grupos de estudos, entre outros. Um entrave, nessa via, é que nem sempre são oferecidas atividades extracurriculares voltadas para proposta e, não as conhecendo pela grade curricular, torna-se difícil engendrar processos de reivindicação pelas mesmas.



A busca por atividades extracurriculares sobre o SUAS, ainda na graduação, trouxe uma experiência que possibilitou esta discussão do campo das políticas sociais. Durante o V Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão, em 2018 na cidade de São Paulo - SP, a primeira autora ao realizar a apresentação oral de um trabalho sobre Acolhimento Institucional, era a única graduanda compondo aquele espaço, sendo os outros cinco apresentadores da roda de apresentação já formados. O contato daqueles profissionais com o SUAS aconteceu apenas no momento em que os mesmos ingressaram no mercado de trabalho. Cabe salientar que a roda de apresentações era composta por pessoas de diferentes regiões do país - norte, nordeste, sudeste e sul, algo que permitiu conhecer a realidade de diferentes partes do país a respeito de como a formação em psicologia está acontecendo.

Ao ter a oportunidade de debater naquele espaço sobre a formação acadêmica o mesmo foi constatado entre todos, o SUAS ainda não é trabalhado em grande parte das graduações de psicologia no Brasil. Isso acaba deixando lacunas na formação de psicólogos que irão ingressar no SUAS como trabalhadores. Sendo uma das profissões que compõem a equipe técnica de vários serviços oferecidos, a demanda por uma maior atenção às políticas públicas de assistência durante a graduação se faz cada vez mais evidente.

Dessa forma, a experiência da primeira autora de participar de uma pesquisa - que entrou no campo da assistência social, mais especificamente no Acolhimento Institucional - permitiu a vivência de uma nova Psicologia, diferente da vista em sala de aula, bem como o contato ainda na graduação com a temática das políticas de assistência social. Durante a execução da pesquisa, a experiência trouxe um interessante saber ao processo de tornar-se psicóloga, impulsionado pela proposta de observação participante, bem como através das rodas de conversa com as cuidadoras do Acolhimento para a construção de dados.

O encontro com a realidade desta política propiciou conhecer a articulação com diferentes saberes. Diante da escuta de narrativas advindas de campos e vivências diferenciadas das apresentadas na grade curricular, mas em campos comuns de práticas assistenciais houve a sensação de sair de uma “bolha” acadêmica. Isto é, sentimos que não mais estávamos protegidas pelos muros da



universidade, de modo que unir o que lá aprendemos com o cotidiano do serviço é desafiador.

O saber de nossa experiência mostra que, além de livros e manuais, é necessário, principalmente, abrir-se para o encontro com a realidade dos serviços. Ouvir, buscar e compreender é um exercício, porque frente a isso percebemo-nos treinadas para falar e apontar erros. Diante da abertura ao convívio multiprofissional, retomando o contato com as cuidadoras (profissionais de nível médio, responsáveis pelos cuidados básicos diários das crianças e adolescentes em situação de acolhimento), compreendemos, ainda, que se faz necessário considerar que existem diversas formas de construção do conhecimento, como o saber popular. Se não houver reconhecimento de sua potência e singularidades, há chances de sairmos da universidade com a fantasia de que só os saberes acadêmicos têm a dizer sobre as políticas sociais e que nada temos a aprender com os trabalhadores de outros campos.

Para tal, devemos buscar interagir de forma dialógica, cooperando para que a separação que existe entre o científico e o popular se enfraqueça (JOVCHELOVITCH, 2007). Segundo Jovchelovitch (2007), o saber científico, ao ser apropriado pelo social, será junto dele transformado, a fim de que aquele contexto consiga interagir com o primeiro a partir de seus próprios mecanismos. Desse modo, um dos trabalhos da psicologia é, justamente, lançar olhares que permitam ver para além da fala em si, podendo ver o contexto em que ela está inserida. Consideramos que esses fazeres podem ser trabalhados e desenvolvidos de melhor forma combinando espaços acadêmicos com os extracurriculares.

Um exemplo relevante que surgiu com a observação participante, nesse espaço multiprofissional, foi durante a participação das autoras em uma das reuniões de equipe no acolhimento. Foi possível entrar em contato com a presença da psicologia nesses espaços e suas possibilidades de realizar intervenções, a partir do diálogo. No processo com os diferentes tipos de saber trazidos no momento da reunião, pelos diferentes profissionais que compunham a equipe do local, percebemos algumas construções do passado que ainda perpetuam, dado o histórico assistencialista e punitivo de políticas direcionadas ao público do Acolhimento.



Nesta situação, ao ser abordado o caso de uma mulher de 32 anos (acolhida irregularmente devido a possuir uma deficiência), as cuidadoras da instituição mencionam sua “sexualidade aflorada”. A psicóloga do local intervém, a fim de explicar que é completamente normal uma mulher adulta sentir desejo sexual. Esse fragmento da experiência coloca em questão a importância que a psicologia ocupa nesses espaços, a fim de fomentar discussões que contribuem significativamente para a melhora do atendimento nos serviços. A fim de que possamos desconstruir antigas práticas assistencialistas, punitivas, estigmatizadas e machistas, precisamos estar dispostos ao diálogo e munidos de estratégias capazes de transformação, para intervir de forma apropriada enquanto psicólogas nesse contexto.

Entre outras percepções, ao vivenciar essa experiência, percebemos também a importância de olhar não só para o que outros profissionais produzem como saber, mas também para o que a própria psicologia produz em sua prática. Sendo assim, colocar interrogações a esse respeito permite um cuidado maior para não reproduzir aquilo que tentamos transformar (DIMENSTEIN, 2013).

Entendemos a importância do(a) psicólogo(a) na Assistência Social não mais como o responsável por normatizar os sujeitos, mas como um profissional capaz de fornecer espaços de escuta, diálogo e transformação. É necessário o engajamento da psicologia ainda na graduação, a fim de que se compreenda os laços históricos que fazem parte da construção das políticas sociais no Brasil, como nos afetam e como nós podemos afetá-los a partir de nossa prática.

Modificar espaços que antes eram dominados por práticas assistencialistas e clientelistas, requer paciência e auto reflexão, tendo consciência que também somos afetados por essa história. Estando cientes desde a graduação sobre a relevância das demandas sociais dentro das políticas públicas de assistência, bem como o trabalho que a psicologia pode oferecer e desenvolver, será possível, ao integrar os serviços, garantir melhor eficiência e engajamento profissional.

## **CONCLUSÃO**

Ao longo do tempo as políticas sociais passaram por diversos desafios e avanços. Construções históricas fundadas no assistencialismo deixaram marcas nos



fazer dessas políticas (CRUZ & GUARESCH, 2012). Muitos movimentos foram necessários para que pudéssemos elaborar as políticas sociais da atualidade e ainda temos muitos caminhos a percorrer. Com as mudanças paradigmáticas e a inserção da Psicologia nesse campo, se faz necessária a produção e compartilhamento de conhecimento nessa temática, a fim de que os profissionais que atuarão no campo possam se qualificar.

A partir da participação no projeto de pesquisa “Acolhimento Institucional, gênero e interseccionalidades pelo olhar das cuidadoras”, foi possível entrar em contato com um dos setores de atendimento que compõe o Sistema Único de Assistência Social. Houve, assim, a possibilidade de, em uma política social para infâncias e adolescências, compor um espaço de saberes diversos e atuação multiprofissional integrada.

Apesar de ainda não percebermos a inclusão SUAS como conteúdo nas salas de aula, entendemos que através da inserção de estudantes de Psicologia em grupos de estudo, pesquisas e atividades referentes ao SUAS, é possível, ainda na graduação adquirir conhecimentos sobre esse campo. Entretanto, é extremamente necessário que os cursos de graduação passem a ofertar mais disciplinas sobre o SUAS, bem como é necessário que existam mais oportunidades de aperfeiçoamento nessa área, pois as atividades extracurriculares oferecidas ainda são poucas, considerando as demandas do serviço.

Enfim, compreendemos que compartilhar essa experiência pode fortalecer a busca por conhecimentos relativos à inserção da Psicologia na Assistência Social ainda durante o período de formação universitária.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, E. M. M. Prefácio. In CRUZ, L. R.; RODRIGUES, L; GUARESCHI, N. M. (Org.). **Políticas Públicas de Assistência Social: diálogos com as práticas psicológicas**. 5. ed. Petrópolis : Vozes, 2014.

ASSIS, S. G., FARIAS, L.O.P. **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviços de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013. Disponível



em:

<[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip\\_datain/ckfinder/userfiles/files/LIVRO\\_Levantamento%20Nacional\\_Final.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/LIVRO_Levantamento%20Nacional_Final.pdf)>. Acesso em: 07 fev. 2019.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, Abr. 2002. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 31 Jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 11 fev. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução nº 145/2004 do Conselho Nacional de Assistência Social**. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília: 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes\\_tecnicas\\_final.pdf](http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf)>. Acesso: 06 jan. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Nota técnica com parâmetros para atuação das (os) profissionais de psicologia no âmbito do sistema único de assistência social (SUAS). **Compas**, 2016. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nota-te%CC%81cnica-web.pdf>. Acesso: 07 jan. 2019

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP nº 010/05**. Código de Ética Profissional do Psicólogo, XIII Plenário. Brasília, DF: CFP, 2005.

COUTO, Berenice Rojas. Assistência social: direito social ou bem-estar?. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 665-677, Dez. 2015. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282015000400665&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400665&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 31 Jan. 2019.



CRUZ, R. L., GUARESCHI, N. M. F. **O psicólogo e as políticas públicas da assistência social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

DIMENSTEIN, M. Prefácio: Práticas psicológicas e políticas públicas - a vida que emerge na adversidade. In: CRUZ, L. R.; RODRIGUES, L; GUARESCHI, N. M. (Org.). **Interlocações entre a psicologia e a política nacional de assistência social**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2013. p. 8-10.

FALEIROS, V. P. Políticas para infância e adolescência em desenvolvimento. **IPEA - Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. p. 171-177. Brasília, DF. Ago. 2005.

JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LACERDA JR, F. Capitalismo dependente e psicologia no Brasil: Das alternativas à psicologia crítica. **Teoría y Crítica de la Psicología**. V. 3, p. 216-263, 2013.

LOBATO, L. V. **Políticas sociais e de Saúde**. Rio de Janeiro: CEBES, 2012.

MIRON, Alessandra Xavier; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Compromisso Social da Psicologia e Sistema Único de Assistência Social: Possíveis Articulações. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n. 2, p. 349-362, Jun 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932017000200349&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000200349&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 31 Mar. 2019.

RIZZINI, I. **O século perdido: Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SEIXAS, P.S. et al. As políticas sociais nos fundamentos dos projetos pedagógicos dos cursos de Psicologia. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 20, n. 3, p. 437-446, Dez. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572016000300437&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572016000300437&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 28 Fev, 2019.

VENÂNCIO, R. P. **Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador: séculos XVIII e XIX**. Campinas: Papirus, 1999.